

TEMPORAL E TEMPORÂNEO: PAISAGEM, LUGAR, LOCALIZAÇÃO

MARIA ANGELA FAGGIN PEREIRA LEITE

mapleite@usp.br



10.64082/phs.2024.01.4.5

RESUMO

O artigo aborda a formação da paisagem e suas temporalidades como dados constitutivos da cultura e da realidade social. Pensar as cronologias da paisagem envolve observar os processos históricos de representação das relações sociais tornadas objetos, aqui entendidos na acepção postulada por Milton Santos. Ressalta-se, também, o significado de “lugar”, categoria que, como a paisagem, é construída por meio de operações sociais cotidianas e de transformações simbólicas em realidade material. E, por isso, são elaborados por objetos materiais que transportam tempos. O texto finaliza articulando comentários sobre os vínculos da paisagem e do lugar com o “movimento” e com os objetos polifônicos, dinâmicos e erráticos que os redesenham.

Palavras-chaves: Cultura, Lugar, Movimento, Paisagem, Temporalidade.

ABSTRACT

Temporal and temporary: landscape, place, location

The article addresses the landscape formation and its temporalities as constitutive data of culture and social reality. Thinking of landscape chronologies refers to observing historical processes of social representation turned into objects, here understood as Milton Santos has been postulated it. Also it highlights the meaning of “place”, a category which, like landscape, is constructed by means of everyday social operations and symbolic transformations into material reality. Thus both landscape and place are elaborated by material objects that transport time. The text ends by articulating reflections on links between landscape and place with “movement” and with polyphonic, dynamic and erratic objects which redesign them.

Keywords: Culture, Place, Movement, Landscape, Temporality.

* Prof^a. Titular do Departamento e Projeto Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo.

É a formação, e não a forma, que
permanece misteriosa.
Gaston Bachelard

DESDE SEUS PRIMÓRDIOS A HUMANIDADE

persegue estabelecer uma linha divisória, demarcada nitidamente, entre sociedade e natureza. Ao longo dessa busca jamais se fundiu ou confundiu com o ambiente circundante, ao contrário, sempre se viu como totalmente distinta da fauna e da flora. A comunhão entre humanidade e mundo natural, sua comunhão indissociável que tornaria indistinguíveis uma do outro, parece ser uma fantasia edênica, paradisíaca, sem realidade histórica ou objetiva porque incompatível com a necessária separação sujeito/objeto que rege a construção sociocultural da paisagem.

A separação sujeito/objeto pode ser vista como um dos pontos de apoio seja das discussões sobre a paisagem¹, seja das discussões ambientais em seu sentido clássico, o de reflexão e debate sobre a sobrevivência e o destino de uma sociedade. No Brasil, Pádua, ao analisar sobre esse assunto um conjunto diversificado de textos e autores, considera possível identificar a existência de um pensamento crítico ambiental nacional desde as últimas décadas do século XVIII, destacando em sua obra “Um sopro de destruição”, que

Os pensadores aqui analisados, de maneira geral, não defenderam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido à sua importância para a construção nacional (Pádua, 2002, p. 13).

A ideia de construção nacional, que abraça a existência de uma paisagem, está apoiada na possibilidade de compreensão dos fenômenos políticos, filosóficos e econômicos de uma sociedade, de sua gênese e desenvolvimento, de sua formação histórica. Esse conjunto, que nos aponta perspectivas de ação sobre a natureza, implica entrelaçar os inúmeros significados culturais gerados nesse processo. Nas palavras de Gilberto Gil

a distinção entre natureza e cultura, como espaços radicalmente distintos da existência é, muitas vezes, milenar (...) Vale dizer, cada época e cada cultura constrói uma determinada leitura da natureza. O que significa que a natureza, para além da sua existência física, também é, sempre, uma criação cultural (Gil, 2003, p. 46).

As ciências da sociedade, entre aquelas que têm no movimento social a chave para a definição de períodos e sistemas de modernização, valorizam, nas diferentes etapas desse movimento, conjuntos coerentes de ações e processos produtivos. A passagem de um período histórico para outro

¹ Para Antonio Risério e Roberto Pinho *Toda paisagem (...) é uma criação ou uma construção sociocultural. A natureza não se oferece para si mesma como paisagem, como entidade para ser vista ou contemplada. Ao contrário, toda paisagem é estruturada retoricamente. É fruto da semiotização de um determinado segmento do mundo natural. Ou seja, existe à medida que existe uma separação sujeito/objeto – ou ao menos a partir do instante em que o ser humano se imagina como entidade discreta e distinta do ambiente que o envolve e no qual ele vive. (...) Toda paisagem nasce de um enquadramento cultural, já que se articula como um recorte realizado pelo olhar de um animal capaz de simbolizar* (1994, p. 161).

é marcada pela superação de contradições por meio das formas que a sociedade desenvolve para isso. O modo de produção que caracteriza cada um dos sucessivos períodos desse processo envolve a ação permanente de apropriar-se da natureza por meio do trabalho e de construir, para isso, objetos² que viabilizem essa apropriação, mediações criadas para atender às necessidades da produção. Isto altera substancialmente o modo de ver a natureza, atribuindo-lhe qualidades que, reunidas e valorizadas, constroem e configuram a paisagem.

A preservação da natureza, a definição de valores ambientais, a formação da paisagem e sua temporalidade, são constituintes da ideia de construção nacional em seu sentido mais amplo, construção cultural e identitária que enfatiza e defende não os recursos naturais do território, quaisquer que sejam eles, mas a estrutura produtiva e social da qual esses recursos são parte integrante, nacionalidade ou expressão cultural tecida ao longo do tempo, patrimônio comum da sociedade.

Nessa perspectiva, se tomarmos a paisagem como uma manifestação social, um segmento específico da realidade social ou um processo social referido num segmento dessa realidade e inscrito dentro de uma periodização específica, há interesse em discutir, no âmbito da arquitetura, os conflitos e contradições que demandam intervenções projetuais.

Se, por outro lado, a paisagem for tomada como um tipo particular de manifestação natural, o movimento dos processos sociais em si será absolutamente estranho a esta discussão. É uma forma de entendimento que implica e exterioridade total do objeto em relação ao sujeito, este último mero observador do fenômeno. E a arquitetura, ciência humana, não seria o campo mais apropriado para essa discussão.

² Objetos são aqui entendidos como parte dos elementos do espaço identificados por Milton Santos (1985): as firmas, as instituições, a infraestrutura e o ambiente, acrescidos do conjunto de edificações que viabilizam a existência desses elementos.

A TEMPORALIDADE DA PAISAGEM, TEMPO QUE NÃO CONHECE INTERRUPÇÕES

Se admitirmos que cada modo de produção envolve uma relação permanente de apropriação da natureza pelo homem, através do trabalho; que essa relação envolve mediações técnicas por meio de objetos resultantes de finalidades conscientes impostas aos atos humanos e cuja construção mental precede sua construção material; que a cada modo de produção correspondem contradições internas cuja superação define um período histórico ou a passagem de um período para outro com a correspondente permanência, reformulação ou destruição dos objetos que os integram; que a paisagem é formada por objetos teleológicos; que a paisagem é um segmento específico da totalidade social e discuti-la implica discutir processos sociais; que os fenômenos da natureza interessam enquanto integrantes desses processos e não apenas como fenômenos em si, então é possível afirmar que a paisagem não é apenas um conjunto de objetos mas, sim, o entrelaçamento de vários modos de apreensão da relação homem-natureza, manutenção e modificação de uma estrutura produtiva cativa do tempo e de sua passagem.

No livro *A dialética da colonização*, Alfredo Bosi afirma que começar pelas palavras não é coisa vã e, partindo dessa afirmação, discorre sobre o verbo latino colo – morar, ocupar a terra e, por extensão, trabalhar, cultivar o campo – seu particípio passado, cultus, e seu particípio futuro, culturus. *Cultus* é o campo lavrado por sucessivas gerações, não só o cultivo, mas, principalmente, a qualidade resultante do trabalho coletivo da sociedade sobre o território, trabalho que, portanto, permanece incorporado ao território (a natureza como meio de trabalho, incorporando insumos, instrumentos, técnicas e demais mediações).

Culturus é o conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores que se deve transmitir às futuras gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social (o patrimônio comum, a nacionalidade de uma sociedade, em geral sob a guarda de um Estado). Paisagem é tanto *cultus*, produto do trabalho coletivo de uma sociedade incorporado ao território como também *culturus*, processo social de reprodução de um estado de coexistência. É uma acumulação, no tempo, de práticas, técnicas, valores e

símbolos culturalmente transmitidos às futuras gerações. Mais do que uma construção, é um processo histórico de representação das relações sociais, processo através do qual ideologias e práticas sociais se tornam realidades materiais por meio da transformação de seu significado em ordem efetiva dos objetos sobre o território.

Essa transformação permite tornar visível o imaginário coletivo, conferir caráter distintivo, complexo e frequentemente contraditório ao tempo, sucessão dos eventos e sua trama, e ao espaço, manifestação material da possibilidade desses eventos³. A transformação da natureza em paisagem é uma expressão das possibilidades de existência social delineadas no imaginário de cada época. O que a natureza sugere é apropriado pelo imaginário e traduzido em artefatos sociais. A visualização do que está apenas sugerido inicialmente adquire corpo em cada objeto e no modo de reuni-los, base da formação paisagem (*cultus*).

Entender ou reproduzir um contexto é parte do processo cultural de construção da paisagem, que faz da atenção ao circundante o ponto de partida para o registro de sensações posteriormente interpretadas, traduzidas e deslocadas assegurando a transmissão, às futuras gerações, de práticas e valores sociais (*culturus*). O deslocamento de sensações é, portanto, fator central na construção da paisagem e esse movimento está na base de sua formação. A história da paisagem é uma história de apropriação, uso e transmissão. Apropriar-se da paisagem implica construir um sistema de comunicações e de transportes que permita à sociedade o livre movimento das ideias e das coisas e, também, construir um modelo cívico formado por dois componentes essenciais, o cultural e o territorial.

O componente cultural supõe a definição de uma civilização, de um modo de vida que se deseja para todos, de uma visão comum de sociedade e do indivíduo como ser social com suas regras de convivência. O componente territorial supõe, de um lado, uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes, não importa onde estejam, bens e serviços indispensáveis e, de

³ Por tempo, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por espaço vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por mundo entendamos a soma, que é também síntese, de eventos e lugares (Santos, M. 1994, p. 41).

outro, uma adequada gestão do território que assegure a distribuição equitativa daqueles bens e serviços. Em termos gerais, esse modelo cívico marca o trajeto da cidadania⁴, uma história de lutas e conquistas visando a obtenção de direitos, vinculada aos movimentos da paisagem, aos movimentos das ideias e das coisas. Tais movimentos, embora sujeitos a limitações físicas, institucionais ou culturais revelam o processo lógico da organização do território, o arranjo e a relação dos elementos da paisagem em cada momento, e sugerem o uso efetivo que se faz do território por meio dos objetos (e seu processo de produção) e das ações (e suas manifestações sociais).

Espaço⁵, território, paisagem e lugar⁶, se considerados como manifestações particulares dessas duas lógicas – a dos objetos e a das ações – são indissociáveis. Não podem ser analisados separadamente, porque constituem diferentes feições da solidariedade, da articulação, da representação e da relação entre o sistema de objetos, o sistema de ações e a mediação entre ambos que são as técnicas ou sistemas técnicos. Os sistemas técnicos participam da conformação da paisagem, de sua organização e apropriação, através de um processo de desenvolvimento desigual e combinado (no território) e de sua inserção desigual na história (no tempo e no espaço). Ao se tornarem materialidades, os insumos, os objetos ligados à produção, ou os conjuntos de técnicas obrigatoriamente se representam na paisagem.

Exemplos de sistemas técnicos são, entre outros, as redes de produção e distribuição de energia, de captação, armazenamento e distribuição de água ou sistemas de telecomunicações, cujas formas e demandas se alteram com a evolução tecnológica e a modernização das técnicas. As formas assumidas

⁴ Santos, Milton, 1987

⁵ Para Milton Santos, o espaço é uma instância da sociedade, um conjunto de fatores, funções ou valores que perfazem um determinado domínio, campo ou esfera, ao mesmo título que a instância econômica, a instância político-institucional e a instância cultural-ideológica. Isto significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A essência do espaço é social, não sendo apenas formado por objetos naturais e artificiais, mas também por todas as ações e processos sociais representativos da sociedade em dado momento (Santos, 1985, p. 1).

⁶ Paisagem, conforme já discutido, é uma formação social cumulativa, a soma dos objetos e dos atos materiais e simbólicos por meio dos quais se vai gravando, no espaço, a criatividade da sociedade, processo no qual o tempo não conhece interrupção. Lugar é um segmento da paisagem definido por um objeto ou o conjunto de objetos numa conformação específica.

pela paisagem não correspondem, portanto, a uma ideia de finalização, mas a uma ideia de transformação e, mais ainda, estão necessariamente impregnadas de conteúdo existencial, são formas de identidade e memória. A formação da paisagem resulta de um processo cultural e espacial contínuo apoiado numa temporalidade sem interrupções ou contramarchas.

A TEMPORANEIDADE CÍCLICA DOS LUGARES, INSPIRAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DO IMAGINÁRIO

Os sistemas de objetos e de ações⁷ que se representam na paisagem, no entanto, nem sempre são necessariamente integrantes do cotidiano de um lugar. Para Milton Santos, “a cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas ou instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que é também historicamente determinada”. A dimensão abstrata que marca, na atualidade, o discurso sobre os objetos e sua produção enfatiza sempre mais seu aspecto lógico, científico e técnico em detrimento de seus valores substantivos, da intencionalidade e qualidade das ações que os inspiram. Isto é, os bens materiais e simbólicos que integram as paisagens e seus lugares passam a dispensar as mediações culturais do imaginário social para legitimar sua existência. O deslocamento de suas referências culturais se faz com base numa demanda por bens de consumo que prescindem de uma reflexão integrada entre natureza/paisagem/lugar. Nesse processo, deixam de ancorar-se no imaginário coletivo para, ao contrário, exaltar particularidades ou individualidades, exaltar aquilo que transgride regras comuns de convivência social.

O processo de construção dos lugares, tal como o da paisagem, é um processo de representação de relações sociais e, também, de transformação do simbólico em realidades materiais, por meio de intervenções formais ou informais determinadas pelas necessidades da vida cotidiana. Como as relações sociais locais são influenciadas pelo dinamismo dos fenômenos econômicos, políticos e culturais de caráter global, sua representação obedece a impulsos temporâneos, são reflexões sobre um segmento do tempo.

⁷ Sistemas de objetos e ações acompanham aqui a proposta de Milton Santos em seu livro *A natureza do espaço*”.

Visualizar, simbolizar e reunir, ações inerentes à construção dos lugares, são atos que pressupõe orientação, tanto em seu sentido mais restrito – a capacidade de ler um mapa ou de representar e encontrar um lugar por meio de um sistema de coordenadas – quanto no sentido mais amplo, o de apreender um lugar e organiza-lo num contexto, definir sua centralidade com base na trama de seus referenciais visíveis e invisíveis, qualificar intervenções por meio das relações possíveis que elas estabelecem com o preexistente.

Simbolizar é traduzir um significado, expressá-lo por meio de um objeto capaz de libertá-lo, o significado, de seu contexto original, transportando-o para outro contexto. Esse objeto, passível de descontextualizar sensações e de manifestá-las em outra totalidade é um objeto cultural, um veículo de transmissão às futuras gerações de práticas e valores sociais. É da reunião desses objetos culturais que resultam os lugares, representações do mundo, sínteses dos eventos e de suas manifestações, mosaico composto pela união de múltiplos significados transportados de tempos e espaços diversos.

Para Lèvi-Strauss, tempo e espaço são dois sistemas de referência que nos permitem pensar as relações sociais; para Milton Santos, pensar relações sociais com base na integração tempo/espaço significa entender o mundo, seu sistema de referências e seu processo de representação; para Franco La Cecla, criar um ambiente, habitar, é transformar a visibilidade que nos cerca em um sistema invisível de referências culturais com base no qual se constroem os lugares; e R. M. Rilke considera que passamos do visível ao invisível para, no futuro, salvar o visível, isto é, interiorizamos os lugares para permitir sua conservação ou reproposição cultural, para permitir que a sociedade os reconstrua depois de uma catástrofe ou simplesmente para manter a memória de origem. Para todos esses autores a relação tempo/espaço, a transformação do espaço em tempo e sua retransformação em espaço comanda nosso modo de pensar sobre e de construir um lugar e é essa forma de pensamento que permite à memória retrair recordações não exatamente sobre o tempo ou o espaço, mas sobre o contexto, construção eminentemente cultural que combina o invisível e o visível, o imaginário e a representação, o projeto e o uso, os objetos e as ações.

Um lugar é feito de objetos culturais, objetos que transportam significados de tempos diversos para espaços diversos, objetos que têm a capacidade de descontextualizar sensações e manifestá-las em outra totalidade. O que comanda a construção de um lugar é a transformação do espaço em tempo e sua retransformação em espaço e o deslocamento de referências culturais é fator importante nessa construção e na definição de sua centralidade e orientação. Para Lucrécia Ferrara, o deslocamento das referências culturais pode dar-se no espaço (restauro), no espaço/tempo (redesenho) ou no tempo (renovação)⁸. No restauro o registro do passado vem carregado de um juízo de valor que visa resguardar o caráter mítico-emblemático do objeto, sua aura de unicidade e exclusividade. Tombamentos, por exemplo, são tipos particulares de restauro.

O redesenho, por outro lado, apoia-se na memória coletiva, memória de contexto, e é aberto à qualificação social porque movimenta-se simultaneamente para trás, na busca da recuperação de um uso original e para a frente, ao afastar-se do sentido desse uso original e procurar, na modificação contextual, atribuir ao objeto um significado culturalmente novo que acolha e acomode formas atuais de uso e sociabilidade. O redesenho reitera o uso original do objeto enquanto o atualiza por meio de adaptações destinadas a superar eventuais obsolescências decorrentes do surgimento de novas demandas. Enquadram-se nessa prática todas as formas de intervenção urbana que, entendendo o objeto original em sua característica contextual, promovem sua adaptação a outros usos possíveis que terminam por revalorizá-lo ao mesmo tempo que revigoram seu entorno.

Já na renovação há um comando saneador, um princípio de ordem a ser estabelecida por meio de ícones arquitetônicos. A renovação desconhece os usos percebidos para instalar usos planejados. Apoia-se no consumo imediatista do objeto, em seu potencial cenográfico e é, necessariamente, descontextualizada. No caso do Brasil, uma sociedade que tradicionalmente se identifica pelas suas diferenças e não pelas suas semelhanças, esta última prática legitima os discursos e os processos de gentrificação. Os lugares, neste caso, intentam modernizar-se não com o sentido de inovar-se socialmente ou de vencer desigualdades sociais, mas com o sentido de se dotarem de obras de arquitetura que os façam parecer

⁸ Ferrara, L. A. *Ver a cidade*, São Paulo, Nobel, 1988, p. 58-69.

modernos e que, ao mesmo tempo, mantenham e aprofundem desigualdades que deveriam ser eliminadas. Nas palavras de Calvino⁹,

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles...A mentira não está no discurso, mas nas coisas.

A implantação de novos bairros feita sobre os escombros de um cotidiano destruído por desapropriações, demolições e eliminação da solidariedade do lugar com a paisagem que o abriga bem exemplificam essa forma de atuação urbana. Tais intervenções, esvaziadas de conteúdo existencial, identitário ou de memória, criam lugares que, exatamente por suas características de independência em relação à paisagem, protagonizam uma espécie de proposta de ocasião, indiferente ao conteúdo social sobre o qual deveria assentar-se e que incentiva a proliferação sem limites de próteses, simulacros, cenários e irrealidades. São não-lugares, condição do anonimato e da solidão, distantes do imaginário social, ilegíveis e incapazes de permitir a orientação em seu sentido mais amplo.

As diferentes formas de deslocamento das referências culturais no tempo e no espaço possibilitam desvendar o universo intrincado das razões, referências, convergências e conflitos que constituem o cotidiano dos lugares. Mas a qualificação, o uso que a sociedade faz, por meio de suas ações, dos objetos que integram os lugares, é que permite conectar a paisagem em sua temporalidade com o sentido do lugar em sua temporaneidade.

Por meio da qualificação os objetos se tornam veículos de transmissão de práticas sociais. Tais objetos, ou conjuntos de objetos qualificados, resultam das localizações¹⁰. As localizações, frequentemente tomadas, em especial na arquitetura, como atos finais, conclusões de um complexo processo de imbricamento entre as diversas instâncias da sociedade, acréscimos materiais destinados a permitir a modernização e o desenvolvimento dos lugares são,

⁹ Calvino, 1990, p. 59-60.

¹⁰ Localização é um feixe de forças sociais que se exercem num lugar, animando um conjunto específico de objetos. As localizações são produtos efêmeros cuja longevidade depende das necessidades ditadas pelos avanços da sociedade. Ao longo do tempo pode haver inúmeras localizações para um mesmo lugar ou para um mesmo conjunto de objetos.

na verdade, condições para a existência desses lugares, valorizações de sua história, desenvolvimentos possíveis das necessidades da vida cotidiana.

Localizações podem resultar da combinação específica de dois modos de pensar a relação paisagem/lugar: um externo a ela, a relação, que dá precedência à materialidade em si em detrimento dos conteúdos que essa materialidade deveria explicitar, uma ideia de finalização que privilegia categorias estáticas (estar, existir, permitir, impedir), deslocamento horizontal de referências, intervenção descontextualizada; e outro interno à relação paisagem/lugar, que se volta para as ações em seu significado intrínseco, isto é, ações como causas e consequências da materialidade, ideia de transformação que privilegia categorias de movimento (criatividade, participação, espontaneidade, imprevisibilidade), deslocamento vertical de referências, intervenção qualificada.

Ao contrário dos objetos, as localizações não sobrevivem às ações que as criaram: um lugar pode, com os mesmos objetos, abrigar múltiplas ou sucessivas localizações, tantas quantas forem as conotações os objetos possam assumir ao longo do tempo. E a quantidade de conotações está diretamente relacionada à concentração de informações que o lugar detém.

Franco Panzini em sua obra “Projetar a Natureza” discute alguns projetos que podem ilustrar os argumentos até aqui apresentados: o Schouwburgplein, em Roterdã (1991/1996), consiste numa reinterpretação do tema praça e ao mesmo tempo, uma evocação do caráter portuário da cidade.

De acordo com o autor, o projeto consiste em uma plataforma ligeiramente elevada, construída com uma amálgama de materiais diversos sobre os quais uma sequência de elementos monumentais de iluminação, movidos por mecanismos hidráulicos que lembram os enormes guindastes portuários (a paisagem), iluminam a praça (o lugar) que se torna palco para as atividades de seus frequentadores (a localização). Cabe sublinhar, aqui, que a praça poderia, ao longo do tempo, com os mesmos elementos e a mesma evocação da paisagem, abrigar outras localizações, assumir outras conotações e atividades diversas. Panzini destaca ainda

o influente papel de Rem Koolhaas ao explorar em seus projetos demandas e tendências da contemporaneidade, como a possibilidade de planejar uma “instabilidade programada”, capaz de integrar à paisagem exigências complexas e contraditórias, mutáveis com o tempo (2013, p. 647).

O exemplo escolhido para ilustrar essa afirmação é o do projeto apresentado ao concurso para o *Parc de la Villette* (1982), no qual a área de intervenção (o lugar) foi dividida em uma sequência ilimitada de faixas de paisagem intercambiáveis (urbanas, agrárias, marítimas, industriais) formadas por objetos cujas conotações poderiam variar em função de alterações nos usos do lugar (as localizações). Koolhaas parece apontar para a concepção de que, contemporaneamente, usos decorrem mais de possibilidades das ações do que de determinações dos objetos.

Localizações também se alteram sempre que ocorra perda do significado ou do valor social que as determinaram e por isso não dependem do passar do tempo para se tornarem obsoletas: algumas jamais atingem esse estágio e outras já nascem mergulhadas dentro dele. É possível, então, reconhecer como obsoletas todas as intervenções passíveis de promover a segregação, a opressão ou a frustração das expectativas da sociedade. Ou todas as localizações efêmeras, criadas para responder a necessidades parciais ou imediatas do deslocamento, nos lugares, de referências culturais descontextualizadas.

O MOVIMENTO TRANSFORMADOR

O movimento é uma dimensão estrutural da paisagem, dos lugares e das localizações. Os objetos culturais que conformam essas categorias deslocam ou movem sensações no tempo e no espaço fazendo com que tanto a difusão desses objetos quanto as ações que sobre eles incidem não sejam as mesmas em toda a parte e criem, por isso, um movimento necessário e altamente transformador. Igualmente verdadeiro é o fato de que esse movimento, em alguns casos, é produzido junto com os objetos e ações que o determinam ou que dele decorrem e, em outros, é meramente consumido, reflexo das

normas de funcionamento social, patrocinado por essas normas¹¹. Neste último caso o movimento perde seu potencial transformador, sendo apenas um instrumento do efêmero (muda quando mudam ou desaparecem as normas), do movimento absoluto, da falta de controle, da perda do sentido do lugar, do esvaziamento do conteúdo cultural da paisagem.

Para Toscano (1971), entretanto, o efêmero não é a negação do movimento, mas sua sublimação, sua exaltação. Para ele, o efêmero nem sempre é desnecessário porque pode ser o embrião do surgimento de novas possibilidades dos lugares e das localizações. Desnecessário é o excesso que nos compele a, compulsivamente, dar sentidos incompreensíveis ou fugazes aos lugares. O excesso, temporaneidade onde só existe o presente, achatado, sem espessura, sem passado nem futuro, decorre da superabundância factual a que se refere Augè, da abundância de informação associada a interdependências inéditas do sistema-mundo tal como proposto por Braudel. Italo Calvin nos adverte para o fato de que *de uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas ou às perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder, como Tebas na boca da Esfinge* (Calvin, 1990, p.44).

A busca dessas respostas passa pelo reconhecimento, na paisagem e nos lugares, da polifonia a que se refere Canevacci, ao compará-los a um coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, isolam-se ou contrastam-se, coro produzido e constituído por sociedades humanas sempre cambiantes. Investigar paisagens e lugares é investigar objetos polifônicos, mutáveis dinâmicos, erráticos, resultado de um processo multifacetado de produção e qualificação, carregado de contradições e imprevistos. A paisagem, simultaneamente processo e produto, estrutura e espírito revela em cada um dos seus lugares não só o entrelaçamento dessas dualidades, mas também a acumulação de tempos, a memória coletiva de sua construção¹².

¹¹ A referência aqui está voltada para a norma abstrata, o conjunto de processos ou procedimentos que, gerados externamente aos lugares, incidem na sua organização ou na necessidade de ações voltadas ao atendimento dessas normas. Incentivos fiscais são um exemplo, assim como isenções de impostos e outras ações da instância econômica ou jurídica.

¹² O século XX viu crescer lentamente a apreciação do valor cultural das paisagens, das quais se compreendeu o papel de repositório de memórias, de palimpsesto da história das interferências do homem no ambiente (Panzini, 2003, p. 657).

O relacionamento permanente entre a paisagem e o lugar responde por um movimento inesperado que redesenha e, muitas vezes, redefine localizações, histórias de apropriação e uso. O sentido pleno da paisagem só é revelado quando sua temporalidade, processo contínuo, é contrastada com a temporaneidade cíclica dos lugares que a integram, com o significado dos movimentos desses lugares determinados pelo tempo sem interrupções da paisagem.

A importância do pensamento ambiental na ideia de construção nacional, tal como mencionada por Pádua, é uma possibilidade de apropriação, de utilização efetiva da natureza para moldar ao longo do tempo um modelo cívico, modo de vida comum que pressupõe a geração e a reprodução de uma identidade, tarefa que não é simples e nem óbvia. Nessa busca, entretanto, diferentes lugares procuram, cada vez mais, estabelecer uma relação abstrata entre natureza e paisagem, enfatizando o conteúdo comunicativo ou técnico das intervenções que sobre eles incidem. E isto, muitas vezes, se faz em detrimento do conteúdo informacional das intervenções, aquele que se refere ao entendimento dos ritmos cotidianos dos lugares e das relações que os lugares guardam com a natureza e a paisagem.

Essa dificuldade abre espaço para todo o tipo de aventura, tão mais fantástica quanto maior a crise ou a sensação de crise em que o lugar está mergulhado. E a tentativa de superar a crise por meio da produção de artefatos estranhos à formação histórica do lugar parece, à primeira vista, abrir as portas para as catástrofes ambientais, possíveis descompassos entre a natureza, a paisagem, o lugar e as localizações.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, Argos, 2009.
- ASSUNTO, R. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, A. V. (Org.) *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.
- AUGÈ, M. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.
- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARTALINI, V. *Paisagens surgentes*. Tese de Livre-Docência. São Paulo: FAU USP, 2018.
- BERQUE, A. *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Paris: Champ Vallon, 1994.

- BERQUE, A. A ecúmena: medida terrestre do homem, medida humana da Terra. In: SERRÃO, A. V. (Org.). *Filosofia da paisagem: uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.
- BESSE, J. Petrarca na montanha: os tormentos da alma deslocada. In: *Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. São Paulo: M. Fontes, 1995.
- BOSI, A. A dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CANEVACCI, M. A *cidade polifônica*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FERRARA, L. D. *Ver a cidade*. São Paulo. Nobel: 1988.
- FERRIOLO, M. V. *Oltre il giardino: filosofia di paesaggio*. Torino: Einaudi, 2019.
- FOULCAULT, M. *Nascita della Clinica*. Torino: Einaudi, 1969.
- GIL, G. Algumas notas sobre cultura e ambiente. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). *Meio ambiente no século XXI*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- LA CECLA, F. *Perdersi, l'uomo senza ambiente*. Bari: Laterza, 1995
- LÈVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1975.
- MONTEIRO, C.A. de F. *O mapa e a trama*. Florianópolis: UFSC, 2002.
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PANKOW, G. *O homem e seu espaço vivido*. Campinas: Papirus, 1988.
- PANZINI, F. *Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea*. São Paulo: Senac, 2013.
- RILKE, R. M. *Lettere da Muzot 1921/1926*. Milano: Enrico Cedita, 1947.
- RISÉRIO, A. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- RISÉRIO, A. e PINHO, R. *Museu aberto do descobrimento: o Brasil renasce onde nasce*. Rio de Janeiro: Fundação Quadrilátero do Descobrimento, 1994.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *Brasil, território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.
- SERRÃO, A. V. Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada? In: *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, V. 1, nº. 2, Lisboa, 2013.
- SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- TOSCANO, M. A. Dimensioni della città. In: PALAZZO, A. *Città e anticittà*. Bologna: Calderini, 1971.